

## O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NA CIDADE DE CODÓ-MA: LENDO E DISCUTINDO OS DADOS OFICIAIS

Luís Henrique Serra (1)

*(1) Universidade Federal do Maranhão – Campus Codó/ Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa. luis.ufma@gmail.com*

**Resumo:** Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla que está em andamento e é produzida pelo Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa - GIELP-UFMA, campus Codó. A pesquisa visa buscar dados sobre o ensino de português e discutir questões sobre o ensino de língua materna em diferentes perspectivas teóricas do Ensino e da Linguística. A pesquisa tem sido produzida tendo como base os dados educacionais sobre o município de Codó, cidade localizada ao Leste do Estado do Maranhão. A principal fonte das informações sobre a temática da pesquisa têm sido dados publicados recentemente: (i) pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); (ii) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), bem como (iii) pelo site QEDu, site que disponibiliza pesquisas sobre a educação, além de discutir e reunir mais facilmente em um única plataforma interativa dados oficiais sobre a educação brasileira; A pesquisa se serve também de dados de pesquisas de campo realizadas pelo GIELP no município. Nesse contexto, este estudo tem como base teórica-metodológica a Linguística Aplicada, ramo da Linguística que discute a aplicação das teorias linguísticas ao ensino, além de entre os estudos da Sociolinguística Educacional, que discute e busca apresentar métodos e modos para o desenvolvimento do ensino de língua materna e estrangeira em uma perspectiva social. Os dados apresentados neste estudo são do ano de 2015 e são oriundos da Prova Brasil, aplicada no município no ano em análise, e de pesquisas de campo realizadas pelo GIELP no município. Os dados têm mostrado que, no município de Codó, o analfabetismo avança nas diversas séries mais adiantadas da educação básica, sendo possível observar crianças que estão no 4º ano que não sabem nem ler e nem escrever de maneira adequada. Fora isso, considerando a avaliação da prova Brasil no município, são muitas as escolas que têm apresentado índices no IDEB, chegando até a nota zero na escala. Nesse sentido, observa-se um atraso no ensino de português no município provavelmente pelo ensino engessado e tradicionalista, que busca mais o aprendizado de uma terminologia gramatical do que exatamente o desenvolvimento comunicativo dos alunos.

**Palavras-Chave:** Ensino, Língua Portuguesa, Dados oficiais.

## 1. Introdução

Este estudo é parte de um conjunto de pesquisas que vem sendo produzidas pelo Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa – GIELP da coordenação do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão. O grupo tem produzido pesquisas e discutido o ensino de língua portuguesa no município de Codó, cidade localizada ao leste do Maranhão, na Região dos Cocais, uma das mais importantes economicamente do Estado. O município, por outro lado, embora apresenta uma certa estabilidade econômica dentro de sua região, apresenta problemas educacionais muito sérios. Dentre esses problemas, este estudo foca os problemas relacionados com o ensino de língua portuguesa.

Considerando que a comunicação é uma das principais ferramentas de um povo desenvolvido, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista social, a capacidade de se comunicar em diversas situações sociais de modo adequado às diferentes situações sociais nos quais os indivíduos atuam é um direito necessário e que deve ser oferecido pela escola. Nesse sentido, a aula de português pode ser considerada o momento ideal para esse desenvolvimento, tendo em vista sua intersecção com outras disciplinas, além de ser nessa aula que o aluno desenvolve suas capacidades básicas para a cidadania, dentre elas a possibilidade de ler e de escrever e, conseqüente, de se informar.

Nesse sentido, o ensino de língua portuguesa deve visar diferentes habilidades de comunicação nas diferentes situações nas quais os alunos participem como sujeitos sociais e deve ter em pauta a relação existente entre linguagem e a escola, mostrando que muitos dos fracassos escolares, e que engrossam o número de desistências de nossas escolas, têm a ver com a linguagem utilizada pela escola e o modo como a escola encara a linguagem. Desse modo, é importante observar o que comenta Soares (2017) quando trata do papel da linguagem no cotidiano escolar. Para ela, a linguagem é um importante meio de ascensão social e um instrumento de ideologias dominantes ou não e é por meio dela que o aspecto social e o papel dos falantes dentro da sociedade se evidencia com maior clareza. Para ela “a linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal ou o principal meio para sua transmissão.” (SOARES, 2017, p. 26). Em outro momento deste texto, serão retomadas outras considerações da relação entre linguagem e escola, tão trabalhada pela autora.

Visando observar essa relação, este artigo busca discutir os resultados que as escolas de Codó têm apresentado nas pesquisas oficiais. A pesquisa toma como perspectiva de análise a Sociolinguística Pedagógica e a Linguística Aplicada, bem

como a análise crítica do ensino para discutir questões relacionadas com o ensino de língua portuguesa do município.

## **1. O ensino de Português: discussões e caminhos para uma perspectiva mais ampla do ensino de língua materna**

O ensino de língua portuguesa sempre foi uma das mais importantes matérias do currículo escolar. Comunicar-se bem, construir textos coerentes e saber transmitir ideias de modo adequado são os principais ideais de um ensino de português que vise o desenvolvimento do aluno. Desde a alfabetização até o ensino superior, a matéria torna-se um dos principais requisitos para a formação cidadã e profissionais dos indivíduos da sociedade. Logo em seu início, os Parâmetros curriculares de língua portuguesa (PCN's) indicam a importância do ensino de língua portuguesa na formação do cidadão:

O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1998, p. 15)

Nesse sentido, é importante que o ensino de português vise a própria formação do aluno, tanto do ponto de vista pessoal quanto social. Atividades que estejam fora desse objetivo parecem ser simples perda de tempo na sala de aula. Quando se trata da questão de atividades que visem a formação social e profissional do aluno, trata-se de observar a aula de português como um momento de desenvolvimento de competências linguísticas que serão exigidas no lado de fora da escola, quando o aluno for exercer diferentes papéis que a sociedade demanda dele. Entrevistas de emprego, seleções de concurso público e para ingresso no ensino superior, ou ainda, apresentar pontos de vista sobre determinado assunto em grupo ou mesmo sozinho são algumas das atividades que serão cobradas do aluno no momento fora da sala de aula. Nesse sentido que Antunes (2003) entende a aula de língua portuguesa, ou seja, não se pode traçar os objetivos de uma aula de língua portuguesa com os fins que sejam as próprias aulas, não se pode pensar que as atividades praticadas nessa aula objetivem a criação apenas para escola. É desse modo que muitas das atividades de português são consideradas, tendo em vista que o aluno é “treinado” para responder questões e entender textos a partir da ótica da escola, e não em uma ótica própria e

particular que poderá ser utilizada em muitos contextos sociais. É importante lembrar, nessa assertiva, de que a aula de língua portuguesa é apenas uma das muitas atividades sociais que os alunos participam. Enquanto a simulação dentro da sala de aula deveria estar voltada para outros ambientes, a escola tem se fechado para si e tem produzido material didático e aulas que visam apenas a produção de notas e números oficiais. Lógico que uma cultura cíclica do ensino de língua portuguesa deixa seus resultados, que, na maioria das vezes, são assustadores, a exemplo, o número de analfabetos funcionais que o Brasil apresenta, que beira os 30% da amostra da pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF)<sup>1</sup>.

Nessa discussão, não se pode deixar de pensar na dicotomia que o ensino de português tem vivido nos últimos tempos. O ensino tradicional tem sido colocado em voga por diversas correntes do ensino e pela Linguística, como uma das ciências da linguagem. Entende-se como tradicional nessa reflexão o ensino voltado quase que exclusivamente para a competências gramatical ou para o aprendizado de uma terminologia gramatical que só tem finalidade para responder exercícios gramaticais. Ou seja, pouco importa se o aluno sabe as características das palavras que denominam as coisas, sejam elas concretas ou idealizadas, visíveis ou não, se ele não sabe utilizar as palavras pertencentes a essa classe, explorando suas especificidades e sua relação com outras palavras na construção de sentidos múltiplos. Pouco importa se o aluno sabe que o verbo seja a palavra central de uma oração se ele não sabe construir uma narrativa mais ampla do que uma oração, ou ainda, um conjunto de fatos acontecidos em tempo determinado, construindo sentido significativos para a compreensão do fato narrado. Desse modo, é possível concluir que saber uma língua é uma coisa, saber analisa-la é outra coisa completamente diferente e exige habilidades diferentes, além de essas habilidades serem exigidas em contextos sociais completamente diferentes (POSSENTI, 1996).

Entendendo que a habilidade de saber analisar uma língua, habilidade que é saber os constituintes semânticos e morfológicos de uma palavra, por exemplo, é uma habilidade distinta de saber uma língua, que é a habilidade de saber se comunicar com qualidade e clareza em uma língua, são habilidades diferentes, é importante que o ensino de língua portuguesa passe a ser feito de modos diferentes, modos que encarem não só a análise linguística puramente; essa habilidade, inclusive, tem finalidade específica dentro da sociedade, habilidade que nem todos os alunos precisarão em seu futuro como cidadãos. Por

---

<sup>1</sup> Relatório disponível em [http://acaeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf](http://acaeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf) acesso em: 06/07/2017

outro lado, é necessário entender que o professor de língua portuguesa deve ver o ensino de português algo fora de uma perspectiva mais ampla, que vise a representação social desse ensino. De acordo com Soares (2017), muitos dos fracassos que a escola tem no ensino de língua portuguesa estão relacionados diretamente em como a escola encara e entende a linguagem. Enquanto que o aluno que vem das classes mais subalternas tem dificuldades para entender a linguagem da escola, que se associa com a linguagem dos grupos dominantes, alunos advindos das classes sociais dominantes têm menor dificuldade de adaptação e, por conseguinte, de compreensão, graças a linguagem priorizada pela escola. Essa agressão linguística sofrida pelos alunos das classes populares, de acordo com Soares (2017), é responsável por grande parcela do fracasso escolar com relação ao ensino de língua pela escola. A autora comenta, também, que:

É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracassos: o uso, pelos alunos provenientes das camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizadas provoca preconceito linguístico e leva a dificuldade de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante socialmente prestigiada (SOARES, 2017, p. 26)

Na esteira dessa discussão, é importante lembrar, como faz Soares (2017), que a escola é muito mais importante para os alunos das classes sociais populares do que para os alunos provenientes das classes dominantes, tendo em vista que é a escola que legitima e dá acesso ao conhecimento estabilizado e dominante, é a escola que dá acesso “a aquisição dos conhecimentos e habilidades que as instrumentalizem para a participação no processo de transformação social” (idem., p. 114), nesse sentido, a escola tem que ter consciência de seu papel transformado para as camadas sociais populares proporcionando a elas um conhecimento linguístico que lhes dê acesso aos bens culturais valorosos e que realmente possam ser utilizados no cotidiano dos alunos. É importante frisar, nesse sentido, que os bens culturais aludidos não é o conhecimento gramatical ou de análise linguística, conhecimentos que a escola há muito vem tentando inculcar nos alunos sem sucesso, pelo contrário, permitindo-se a repetição, a escola deve dar ao aluno conhecimentos linguísticos de utilização dos usos reais, sem prestigiar uma ou outra forma linguística, considerando que a sociedade em si não utiliza apenas as formas de prestígios, respeitando a identidade e a cultura dos diferentes alunos/indivíduos que ela acolhe.

Lógico que uma perspectiva tradicional que só observe o exercício de sala de aula, a análise sintática e o mutismo (o silêncio quase que completo do aluno na sala de aula) não toma em considerações e perspectivas, pelo contrário, a aula tem

sido, muitas vezes, apenas um motivo para que o aluno fique preso ouvindo o grande detentor do saber quando, pelo contrário, ele deveria construir o saber juntamente com esse pretense detentor do saber. Na perspectiva tradicional, é que muitos dos resultados das avaliações nacionais e até internacionais continuarão amargosos, vergonhosos e, muitas das vezes, irreversíveis. É preciso entender que a perspectiva de mudança da cultura escolar passa diretamente pela mudança de mentalidade do professor de português e da escola como agente construtores do saber linguístico-comunicacional dos alunos.

## **2. O ensino de português em Codó: algumas informações e discussões**

Como comentado anteriormente, este estudo comenta e problematiza alguns dados apresentados pelas escolas do município de Codó nas avaliações nacionais, tentando observar o ensino de língua portuguesa dentro desses dados. Desse modo, o estudo avalia dados sobre esse município de fontes oficiais como IBGE e INEP, além de utilizar-se de dados colhidos no próprio município pelos pesquisadores do Grupo de Investigação do Ensino de Língua Portuguesa – GIELP. Os dados oficiais foram colhidos em sites dessas instituições e no site do QEdU, site especializado em estatísticas educacionais e que tem reunido diversos dados de diferentes épocas de todos os municípios brasileiros, constituindo-se como uma importante fonte de dados sobre a educação do Brasil.

É importante, porém, manter-se cautela quanto ao uso ou a análise da educação básica a partir de índices estatísticos, conforme problematiza Gesqui (2016), tendo em vista a diminuição e o reducionismo da realidade escolar diante dos números, sem comentar que, muitas vezes, esses índices acabam sendo pouco significativos na mensuração da qualidade da educação de um município. Por isso, o estudo apresenta também dados de uma pesquisa empírica na cidade de Codó que se constitui por entrevista e observações de campo. A pesquisa em campo serviu para que os dados fossem contatados *in loco* e pude haver uma discussão mais calcada no real do que em índices gerais.

### **2.1. O IDEB de Codó e uma pesquisa *in loco*: dados sobre a educação codoense**

O índice da educação básica (IDEB) é mensurado a partir da provinha Brasil, que é aplicada em todos os municípios brasileiros e serve para que gestores e professores da educação básica possam ver os principais impactos causados por suas ações pedagógicas. O IDEB é um índice que auxilia o professor e o gestor político ou não da educação de um município possa traçar estratégias de ensino para o

desenvolvimento da educação no município a partir de diretrizes e direções criadas pelo próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) traça. A prova Brasil é uma avaliação nas áreas de língua portuguesa e matemática e visa observar o desenvolvimento de determinadas habilidades linguísticas e matemáticas nos alunos dos ciclos da educação básica: primeiro ciclo (5º ano) e do segundo ciclo (9º ano). A partir dos resultados da Prova Brasil e de dados estatísticos e educacionais sobre o município avaliado, o INEP cria o que ficou conhecida como escala SAEB, que é um índice que mede o nível de aprendizado dos alunos avaliados na prova Brasil. Cada campo da avaliação (língua portuguesa e matemática) tem a sua escala SAEB, muito embora, mais recentemente, o INEP tenha unificado as duas escalas. Na escala, cada série tem que atingir uma quantidade específica de pontos para que seja classificado dentro do índice SAEB. Por exemplo, no primeiro ciclo da educação básica, o aluno precisa atingir um conjunto de pontos que representam algumas habilidades, como localizar informações em um texto, identificar o tema de um texto até sua interpretação, entre outras habilidades. Apresentando essas e outras habilidades linguísticas, no caso da prova de língua portuguesa, o aluno é classificado dentro da escala, que vai de 0 a 350 pontos no primeiro ciclo e 400 pontos no segundo ciclo.

O índice IDEB, por sua vez, é uma escala que resulta da combinação dos resultados da aprovação da criança na escola (conhecido como índice de aprovação) e da Prova Brasil (índice de aprendizado). Todos esses indicadores escolares são utilizados neste estudo e passa-se a comentar os dados sobre a cidade de Codó, partindo dos dados do Estado do Maranhão.

O Maranhão, no índice IDEB, na última avaliação (2015), atingiu a marca de 4,4, maior do que a meta destinada ao estado. O índice de aprendizado, que compõe o índice IDEB e que é feito a partir da avaliação da prova Brasil, alcançado pelo estado é de 4,78 (índice que vai até 10). De acordo com esse índice, o Maranhão conseguiu que, no 5º ano, 29% dos alunos apresentaram habilidades linguísticas adequadas ou avançadas exigidas na Prova Brasil, na prova de língua portuguesa. No 9º ano, por outro lado, apenas 17% mostraram essas habilidades. Em termos numéricos, um pouco mais de 20 mil alunos, dos 70 mil analisados conseguiram atingir esse índice no primeiro ciclo. No segundo ciclo, o número é de um pouco mais de 11 mil, dos quase 68 mil avaliados. Cumpre lembrar que essa porcentagem diz respeito apenas aos alunos que conseguiram atingir um índice considerado suficiente ou avançado dentro da escala SAEB, isso é, mais de 200 pontos dentro da escala.

Em Codó, por outro lado, a meta do município, que é 4.2 foi quase alcançada, tendo o município apresentado o índice de 4.0. Na escala de aprendizado, o município apresentou o índice 4,62. No que diz respeito ao ensino de língua portuguesa, o município mostrou proficiência dentro da escala SAEB de 172,78, ou seja, o município encontra-se no nível 2 da escala, que vai até 10. Tendo como base a escala de aprendizagem de língua portuguesa apresentada pelo município na última Prova Brasil, o município de Codó obteve um índice de 23% de seus 1.579 alunos matriculados no primeiro ciclo do ensino fundamental tendo apresentado situação entre razoável e adequado nas proficiências exigidas na Prova, isso é, 365 alunos apresentaram índice razoável e adequado de leitura e de escrita. No segundo ciclo, a situação é um pouco mais complicada, tendo em vista que apenas 125 dos 1.081 alunos matriculados no 9º ano apresentaram proficiência adequada com o uso da língua.

Esses dados apresentados pelo município na última avaliação do IDEB mostram um quadro preocupante com relação ao ensino de língua portuguesa no município de Codó. E isso se evidencia nas visitas e nas atividades feitas pelo GIELP, em algumas escolas do município e nos dados colhidos pelo grupo no Município. Guimarães, Cunha e Serra (2016) apresentam uma pesquisa feita no município que apresenta os índices de alfabetização e na capacidade de produção textual em uma escola do município. A pesquisa desses autores constituiu-se como uma aplicação de atividade de leitura e escrita em uma escola no município e da observação do comportamento e das respostas de uma turma da escola avaliada. Na pesquisa, foram avaliadas produções de alunos de 4º ano do ensino fundamental que mostraram que, dos 26 alunos avaliados pela pesquisa, 7 apresentaram produções que não poderiam ser considerados como texto, ou seja, produções sem alguma organização e sem estrutura, como linearidade das informações, problemas com a coerência e coesão textual, além de serem produções com nenhuma ligação com a temática abordada pela atividade proposta. Outras 12 produções apresentavam algum problema de estrutura textual e de coesão e coerência, muito embora, não no nível das outras primeiras 7 produções analisadas. Por outro lado, apenas 5 dos 26 alunos apresentaram um texto com alguma adequação vocabular e com coerência e coesão. Os alunos apresentaram textos com poucos erros ortográficos e com poucas inadequações linguísticas, dentre elas, uso de sinais de pontuação.

## **2.2. Algumas considerações sobre o atual quadro da educação codoense**

Com os resultados apresentados pelas pesquisas relatadas aqui, cumpre

problematizar o ensino no município dando alguma ênfase ao ensino de língua portuguesa.

Como se vem discutindo na seção anterior, onde se arregimentam as discussões mais recentes sobre o ensino de língua portuguesa, pode-se observar que os resultados esperados pelos Parâmetros Curriculares ainda estão bem distantes, sobretudo quando se consideram os dados apresentados sobre a realidade escolar do município de Codó. É preciso entender qual é a política educacional levada a cabo pela escola brasileira que faz com que os alunos tenham sérios problemas com a leitura e com a escrita? Em que sentido está indo o ensino de português em contexto nacional que tem apresentado resultados bastante preocupantes nas avaliações oficiais? Partindo de questões como essas, torna-se importante pensar que modelo educacional tem levado jovens codoenses a apresentarem índices tão baixo em avaliações como IDEB.

Lógico que, para se entender essa problemática é necessário considerar os inúmeros constituintes da educação escolar, tendo em vista que essa é um fenômeno complexo que resulta de inúmeros fatores. É necessário entender como o município tem levado a efeito políticas educacionais que vão desde a qualificação dos professores da rede até a estrutura escolar, passando pelo material e pelas diretrizes educacionais; é necessário entender a realidade social da escola, desde o professor, o aluno, as famílias e o contexto onde a escola está inserida para que se entenda melhor o que acontece nas escolas do município de Codó para apresentarem índices tão baixos no ensino de língua materna. Tendo em vista que tocar em todos esses fatores foge dos objetivos deste estudo, problematiza-se, desse modo, alguns pontos relativos ao profissional professor de língua portuguesa. Elencaram-se também alguns pontos importantes para a discussão sobre esse ensino de um modo geral e que acaba por compor o ensino de língua portuguesa no município. A eleição desses pontos não é e nem pretende ser alguma fórmula mágica ou um diagnóstico final da realidade do ensino de Codó, mas sim, a colocação de algumas situações que, de algum modo, acabam afetando o ensino de português no município. A discussão desses pontos surge a partir das pesquisas produzidas no grupo GIELP e que permitiram observar a realidade escolar do município mais de perto. Contudo, como ora aludido, comenta-se apenas uma parte de uma problemática que tem inúmeras facetas.

A formação dos professores do município ainda é muito precária. Grande parte dos professores da rede ainda é apenas graduada ou tem apenas o magistério do ensino médio. Os professores têm semana de formação, geralmente, no início do ano letivo, no entanto, poucas dessas formações trabalham a formação na área de linguagem.

A maioria dos professores do município tem formação em Pedagogia, feita em cursos a distância ou em formações oferecidas pelas universidades em cursos de final de semana ou em faculdades particulares que atuam no município. O perfil do professor da educação básica no município ainda é quase que predominantemente de professoras, além de haver cursos de formação de professores em diferentes áreas oferecidos pelas instituições de ensino superior do Maranhão, como a Universidade Federal do Maranhão e pela Universidade Estadual do Maranhão e pelo Instituto Federal do Maranhão; no entanto, infelizmente, ainda é muito comum professores que têm mais de 10 anos de formação ou que têm o magistério apenas, tendo em vista que o ensino superior ainda é um fenômeno recente no município. É importante frisar que os dados apresentados aqui sobre a formação dos professores são oriundos das pesquisas produzidas pelo GIELP, tendo em vista que a prefeitura do município não tem um site ou um banco de dados que disponibilize informações educacionais ao público em geral.

Nesse sentido, é importante que a formação desses professores contemple também a formação linguística e que discuta a problemática da língua enquanto forma de expressão e como modo de agir no mundo. A variação linguística e o respeito por ela, a adequação comunicativa e uso de textos precisa ser tópico de discussão nas escolas do município para que se possa pensar em questões mais amplas e que toquem as metas dos parâmetros curriculares nacionais com relação à educação e ao ensino de língua portuguesa. Essas ações, provavelmente, combaterão um ensino pautado quase que exclusivamente no ensino de gramática e de respostas a exercícios que não têm alguma relação com a realidade dos alunos, o que faz com que eles não enxerguem alguma lógica nas atividades escolares. Por isso, os conteúdos precisam ser pensados a partir da realidade do município, devem ser pensados visando a formação do cidadão codoense e o desenvolvimento da cidade e suas especificidades culturais e religiosas dentro da realidade regional, estadual e nacional do município.

Um outro ponto importante é a estrutura das escolas, que contribui diretamente para o aprendizado. As escolas precisam ter material e estrutura adequados para que o processo de aprendizado possa acontecer. Nesse sentido, brinquedotecas, bibliotecas e salas de multimídia precisam estar sempre à disposição do aluno e do professor para que esses encontrem um local no qual possam desenvolver as habilidades e conhecimentos exigidos pela sociedade. É comum ainda, no município, observar escolas que têm salas de informática quase que completamente sucateadas e bibliotecas, quando tem, estão

fechadas e com alguns livros guardados em salas específicas, fora do alcance dos alunos. Longe dos livros, dificilmente, os alunos desenvolverão gosto e familiaridade com os livros e com as histórias contidas neles.

Por fim, é preciso considerar a realidade do sujeito professor, como profissional que merece respeito e que é um dos agentes importantes para o desenvolvimento da educação. Salários dignos, horários de trabalho adequados, que permita o descanso e o desenvolvimento de conteúdos que fujam do trivial e tradicional são decisões e organização da administração escolar e municipal que podem auxiliar na mudança do quadro educacional do município.

### 3. Algumas últimas considerações

Como ora foi comentado, os pontos levantados neste estudo não pretendem, de maneira alguma, ser um relatório definitivo ou conclusivo sobre a realidade do ensino de língua portuguesa, pelo contrário, busca-se apresentar alguns dados recentes sobre o ensino de português no município para mostrar a urgência e a necessidade de se trabalhar e olhar a educação do município com maior atenção. Porém, por outro lado, é importante salientar que mesmo diante de uma realidade tão dura, não se pode deixar de acreditar nesse município e seu potencial educacional, tendo em vista que, em anos anteriores, de acordo com dados do IDEB, o município apresentou índices elevados, acima das metas programadas, o que mostra a potencialidade desse sistema educacional. Desse modo, é preciso voltar a esse passado recente e não permitir que ele se perca das lembranças e na nuvem de problemas que a educação como um todo tem apresentado atualmente.

É necessário considerar também que o ensino de língua portuguesa tem um papel fundamental nessa mudança, tendo em vista que essa é uma das matérias fundamentais para o desenvolvimento de habilidades importantíssimas, que são a leitura e a escrita, necessárias às outras matérias. Voltando às considerações iniciais deste estudo, é importante lembrar a profundidade de um ensino de língua que tenha como objetivo a formação do cidadão, sem a habilidade de leitura e de escrita e, por conseguinte, sem poder produzir e compreender em diferentes contextos sociais os diferentes textos existentes, o aluno fica privado de um conjunto de direitos que são básicos para a própria formação humana, como a informação e a defesa pessoal e dos direitos fundamentais. Quando o ensino dá mostras de grandes falhas na promoção e na formação dos cidadãos de uma sociedade, é preciso olhar o outro lado desse quadro que é privação que esses cidadãos passam agora e vão passar futuramente,

principalmente em uma sociedade completamente grafocêntrica como é a sociedade moderna.

### **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

GERALDI, João Wanderley (org). *O texto na sala de aula*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola?* Campinas: Mercado das Letras, 1996.

GESQUI, Luiz Carlos. O IDEB como parâmetro de qualidade da educação básica no Brasil: algumas preocupações. *Caderno de Pesquisa*, v. 23, n. 3, 88-99p, 2016.

GUIMARÃES, Alzineide Costa; CUNHA, Franciele Vieira; SERRA, Luís Henrique Serra. Observando níveis de letramento em produções textuais de uma sala de aula da educação básica do município de Codó-MA. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 1, 2016, Imperatriz-MA, *Anais...São Luís: EDUFUMA*, 2016. Disponível em: [http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO\\_EV057\\_MD4\\_SA24\\_ID22\\_10\\_30082016194433.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/TRABALHO_EV057_MD4_SA24_ID22_10_30082016194433.pdf) acesso em: 06/07/2017.

SOARES, Magda. *Linguagem na Escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Contexto, 2017.